ATA DA 21ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça "Ministro Luiz Gallotti", sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Laudenir Fernando Petroncini, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); 6) juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), e 7) servidor Guilherme Peres Fiuza Lima, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto. Após confirmar a presença dos membros do Comitê foi dado início à pauta do dia. Inicialmente, o SINJUSC pediu para constar que na impossibilidade de comparecimento do servidor Guilherme Peres Fiuza Lima, o sindicato será representado pelo servidor Hélio Lenz Puerta Neto, presente também nesta reunião. Como primeiro assunto, o presidente, juiz Laudenir Fernando Petroncini, apresentou pedido de renúncia à presidência do Comitê por entender que a função é incompatível com a atividade de assessoria da presidência, assumida em dois de fevereiro do corrente ano. Em seu lugar, será convocado o seu suplente, juiz Sérgio Junkes, anteriormente nomeado pela Presidência do Tribunal de Justiça. O juiz Laudenir informou ao Comitê que dia no dia anterior esteve com uma equipe do Tribunal de Justiça no Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4 participando de uma reunião de trabalho com o objetivo de se verificar a possibilidade de adoção do sistema E-Proc no Poder Judiciário de Santa Catarina. Explanou ao grupo as funcionalidades identificadas, em um primeiro momento, do sistema E-Proc e informou que os estudos para eventual migração continuarão a ser feitos pela atual Administração. Após a pausa para o almoço, os membros do Comitê e os representantes das entidades de classe foram recebidos pelo

Presidente, recém empossado, do Tribunal de Justiça, Des. Rodrigo Collaço, oportunidade em que foram tratados diversos assuntos relativos a política de priorização do primeiro grau de jurisdição. Na sequência, retomados os trabalhos internos, o servidor Olacir trouxe a sugestão de estudo para formas de pagamento de fianças e outros assuntos relativos a fiança, ficando então nomeado relator do assunto e incumbido de trazer maiores informações e sugestões a respeito, para o devido debate na próxima reunião. Em relação à decisão administrativa que readequou as vagas de estagiários em diversas comarcas do Estado, no Processo Administrativo n. 594344-2016.2, o Comitê deliberou no sentido de requerer à Administração a suspensão imediata dos efeitos da referida decisão, a fim de que sejam realizados melhores estudos para adoção de critérios mais adequados na distribuição de vagas de estagiários, em face do real prejuízo ao serviço Judiciário, bem como a análise de provimento dos cargos de servidores efetivos vagos. A próxima reunião ficou marcada para dia 7 de março, com início às 9h. Nada mais havendo para constar é encerrada a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Laudenir Fernando Petroncini
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves

SERVIDOR ESCOLHIDO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
REPRESENTANTE DA AMC

Guilherme Peres Fiuza Lima
REPRESENTANTE DO SINJUSC